

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

MINUTA DO PLANO DIRETOR NA CÂMARA

A nova minuta do Plano Diretor, apresentada pela atual gestão no último dia 22 de janeiro, será debatida com os vereadores em reunião aberta a população nesta quarta-feira (13), às 9h. O encontro terá a presença do gestor da Unidade de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (UGPUMA), Sinésio Scarabello, e será transmitida pela TV Câmara.

AUDIÊNCIA PÚBLICA DEBATE LEI DO SILÊNCIO

Com votação programada para acontecer na primeira sessão do ano, na última terça-feira (5), a nova Lei do Silêncio - que pretende punir incômodos gerados por escapamentos, buzinas, carros de som e até fogos de artifício - teve sua apreciação adiada para o dia 26/02. Neste meio tempo, a Câmara de Jundiá realiza audiência pública para debater o assunto com a população na próxima quarta-feira (20), às 19h.

Projeto quer regulamentar atividade de flanelinhas

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

A Câmara de Jundiá vai debater, na sessão ordinária desta terça-feira (12), um projeto de lei que quer regulamentar a função de guardador e lavador de veículos. A função de flanelinha, como é popularmente conhecida, depende de registro autônomo junto ao município, segundo a regulamentação da lei federal de 1975, que passou a valer através de decreto, em 1977.

O PL 12.307, do vereador Paulo Sérgio Martins (PPS), exige que o flanelinha que for pego sem registro de atividade deverá ser penalizado segundo o Código Tributário e encaminhado à autoridade policial para apuração de eventuais crimes e contravenções penais cometidas. O Poder Executivo ainda deverá regulamentar a identificação do profissional registrado e sua documentação.

Na justificativa da proposição, o parlamentar afirma que a informalidade dos flanelinhas contribui para a ocorrência constante de motoristas que sofrem ameaças, constrangimentos e outros tipos de violência.



Proposta quer diminuir ocorrências de violência, constrangimentos e ameaças cometidas por flanelinhas informais

O cadastro também facilitaria a fiscalização por parte da administração municipal, beneficiando também os cofres públicos, “visto que a não exigência do cadastro signifi-

ca uma renúncia de receita ao município sem justificativa”, diz o texto.

BAIXO IMPACTO

Na ordem do dia estão

também o PL 12.720, do vereador Dika Xique-Xique (PR), que exige placa indicativa e profundidade e advertências específicas em piscinas; o PL 12.722, de Arnaldo da

Farmácia (PDT), que prevê a afixação de cartaz sobre adoção de animais abandonados em petshops, clínicas veterinárias e estabelecimentos congêneres; e o PL 12.734, de Cristiano Lopes (PSD), que prevê placa com orientações sobre alongamentos musculares em locais destinados à prática de exercícios físicos sem obrigatoriedade de acompanhamento profissional, como academias ao ar livre.

A sessão segue com a apreciação de oito projetos de denominação de rua e, por fim, o debate sobre três moções: a primeira, de Cícero da Saúde (PROS), faz apelo ao governo estadual pela regularização do fornecimento de medicamentos de alto custo.

Em seguida, Wagner Ligabó (PPS) apresenta uma moção de apoio ao PL 10.895, do senador Randolfe Rodrigues (Rede), que institui ajuda de custo ao usuário do SUS que necessita realizar tratamento de saúde fora do município onde reside.

Por fim, os parlamentares apreciam a moção de Douglas Medeiros (PP), que apoia a criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.